



**Diretoria Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde
Núcleo de Planejamento e Avaliação
Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO
Secretaria Executiva**

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO – CIES

1 Às nove horas e vinte minutos de trinta e um de outubro de dois mil e doze, a Secretária
2 Executiva da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite –
3 CIES/CIB-TO – Senhora Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana deu início à quarta reunião
4 ordinária com a apresentação da servidora Marluce Vasconcelos Calazans Pilger que agora faz
5 parte da Diretoria da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde – DGETSUS e estará
6 trabalhando em conjunto na Secretaria Executiva da CIES/CIB-TO e posteriormente
7 assumindo a referida Secretaria; passou-se em seguida à apresentação dos demais presentes.
8 Senhora Márcia Valéria iniciou a reunião com o item 1. Abertura com a presença da Senhora
9 Secretária de Estado da Saúde, Senhora Vanda Paiva, e informou que após a definição da
10 pauta, a Senhora Secretária teve uma reunião marcada para a mesma data em Brasília-DF
11 com o Senhor Ministro, e que a pessoa convidada a vir representá-la, o Secretário Executivo,
12 Senhor José Gastão Almada Neder, ainda não havia chegado e que assim que se fizesse
13 presente, a pauta seria parada para conceder-lhe um espaço para fala. Senhora Márcia
14 Valéria deu continuidade com o item 2. Leitura, pactuação e aprovação de pauta, onde foi
15 feita a correção de data no campo Informe item 6.1. onde lê-se 08 a 10 de novembro de
16 2012, passa-se a ler 07 a 09 de novembro de 2012 e incluído, por sugestão da mesma, e
17 consensuado pelos membros o item 6.2. Processo Educacional de Educação Popular em
18 Saúde. Pauta Aprovada. Item 3. Observações de alterações e aprovação da ata da reunião
19 extraordinária de dezoito de junho de dois mil e doze. Solicitada pela Senhora Elizangela
20 Braga Andrade - CIB-TO que fosse redigido a linha 168 com maior clareza no que se refere a
21 sua fala. Senhor Getúlio de Sousa Araújo - SINTRAS sugere que as atas sejam enviadas a
22 todos os membros e que as alterações referentes às mesmas sejam feitas via e-mail em
23 tempo hábil para que na reunião apenas ocorra aprovação da mesma. Senhora Márcia Valéria
24 - CIES/CIB-TO/SE coloca que na revisão do Regimento Interno podem-se ter as datas a serem
25 pactuadas, o tempo de envio das atas e o tempo de resposta dos membros para a Secretaria



26 Executiva e então quando se montar um Grupo de Trabalho - GT para revisão deste
27 Regimento isso será lembrado e esse grupo verificará a possibilidade de ser incluído essa
28 questão. Realizada alteração textual referente à linha 168 e ata aprovada. 4. Apresentações
29 para Consenso: 4.1. Apresentação de proposta de repactuação de recursos dos PEP 2007,
30 2008, 2009, 2010 e 2011 de recursos dos PROFAPS 2009, 2010 e 2011 – Solicitante: Linvalda
31 Rodrigues H. de Araújo/Expositor: Laudecy Alves do Carmo – DGETSUS/NPA. Anterior à
32 apresentação, Senhora Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo – SESAU/DGETSUS
33 contextualizou sobre o que se está falando em relação à repactuação e expôs que todos os
34 recursos da Educação Permanente são baseados em projetos e em portaria do Ministério da
35 Saúde com critérios para os estados fazerem os projetos. Expôs que a Política de Educação
36 Permanente iniciou em 2007 e que neste tempo transcorrido, alguns processos não são mais
37 necessários. Considerando que este recurso é de fundo a fundo, pode repactuar esse recurso,
38 já que se perde o sentido fazer coisas que não se tem mais demanda, porém é necessário
39 justificar o porquê não mais se fazer. Para tanto houve um resgate com áreas técnicas e
40 municípios que estão elencados nesses projetos e foram pegos todos os recursos
41 considerando esse tempo de planejamento que a Secretaria de Estado e os municípios estão
42 vivendo, que é de fazer a Programação Anual para fazer também a Lei de Diretrizes
43 Orçamentárias - LDO. Tanto Diretoria de Educação Profissional - DEP quanto Diretoria de
44 Gestão de Educação em Saúde - DGES para revisão de todos esses projetos, chamou todas as
45 áreas técnicas no objetivo de verificar se havia recurso sem projeto. Senhora Linvalda –
46 SESAU/DGETSUS colocou que no momento então será apresentado um único Plano de
47 Educação Permanente - PEP e Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a
48 Saúde - PROFAPS 2012 consolidado a partir de todos os planos anteriores para ser
49 consensuado na presente reunião e aprovado na CIB. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS
50 informa ainda que a Secretária de Saúde, Senhora Vanda Paiva, veio de reunião com o
51 Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS, onde colocou que os recursos não
52 estão sendo utilizados no tempo certo e que as secretarias de estado juntamente com esses
53 fóruns, Comissão Intergestores Bipartite - CIB, podem estar fazendo as repactuações
54 necessárias tanto para os recursos da Educação Permanente quanto da Vigilância. Senhora
55 Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE reforçou a transparência dos recursos que serão



56 apresentados e que para a construção deste documento, da minuta de repactuação de
57 recursos, foi levada em consideração: a legislação do SUS, da Educação Permanente, do
58 PROFAPS, a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite – CIB que versa sobre regiões de
59 saúde, citou-se também as Portarias Ministeriais referentes aos repasses dos recursos da
60 Política de Educação Permanente quanto do PROFAPS e o montante desses recursos.
61 Continuou sua fala pontuando que a partir do ano de 2010 o Ministério destinou recurso
62 específico para o público de nível médio para a formação e qualificação técnica, passando o
63 PROFAPS a receber Recursos de Capital. Coloca que o aporte financeiro vem sendo
64 depositado fundo a fundo desde 2007 e que as demandas levantadas desde a mesma data
65 não conseguiram caminhar tão rapidamente, perdendo a validade e a necessidade de
66 execução das mesmas e que por isso neste ano de 2012 foi realizada pesquisa com os
67 servidores da saúde via FORMSUS, tanto via web quanto formulários impressos e verificou-se
68 que quando se confronta essas demandas de hoje com as anteriores verifica-se que tem
69 muita diferença. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE disse que para a realização da
70 minuta ainda foi considerado que a CIES vinculada à CIB tem como uma de suas atribuições
71 pactuar os critérios para distribuição, alocação e fluxo dos recursos financeiros no âmbito
72 estadual, bem como o fato dessa Diretoria Geral ter a missão de promover a gestão dos
73 processos educacionais e pesquisa voltados para os trabalhadores do SUS de saúde do
74 Tocantins entendendo que gestão abarca planejamento, formulação, oferta, execução,
75 financiamento, regulação, monitoramento e avaliação dos processos educacionais. Passou-se
76 ao item 4.1. Apresentação de proposta de repactuação de recursos dos PEP 2007, 2008, 2009,
77 2010 e 2011 de recursos dos PROFAPS 2009, 2010 e 2011 – Solicitante: Linvalda Rodrigues H.
78 de Araújo/Expositor: Laudecy Alves do Carmo – DGETSUS/NPA. Senhora Laudecy passou à
79 apresentação do Quadro 1. Recursos PNEPS alocados na Execução de Cursos para
80 Profissionais de Nível Médio em Saúde. Expões os Cursos/Processos Educacionais e o referido
81 saldo. Senhora Inez - DGETSUS/DEP informou que alguns desses cursos apresentados estão
82 em andamento e outros foram finalizados. Senhora Márcia Valéria ressaltou que ainda não
83 existia PROFAPS e que o recurso era para nível médio alocado dentro dos PEPs e que o saldo
84 apresentado, tratava-se de recurso de sobra desses processos. Quadro 2. Recursos PNEPS
85 alocados na Execução de Cursos para outras Diretorias Gerais da SESAU-TO. Senhora Laudecy



86 apresentou os Cursos/Processos Educacionais e o referido saldo. Apresentou ainda a Relação
87 dos Cursos a serem ofertados pela DGETSUS em parceria com a UNITINS. Senhora Márcia
88 Valéria - CIES/CIB-TO/SE disse que o desejo de realizar cursos é grande quando se planeja o
89 PEP, mas que a DGETSUS não tem estrutura ou a capacidade técnica para a realização de
90 alguns deles e por isso é que quando se chamou Diretorias Gerais, bem como o Conselho
91 Estadual de Saúde - CES, através do Senhor Neirton José de Almeida, para participar e dar
92 legitimidade no processo de discussão e repactuação dos recursos. Senhor Getúlio de Sousa
93 Araújo - SINTRAS perguntou sobre se o saldo restante de um curso passa de um ano para o
94 outro e Senhora Márcia Valéria explica que o recurso da Política de Educação Permanente é
95 fundo a fundo, flexível, podendo ser repactuado, por isso é que se apresentam neste
96 momento os montantes de sobras e rendimentos para ver o que vai ser alocado. Quadro 3.
97 Recursos PNEPS alocados na Execução de Cursos/Processos Educacionais da DGETSUS.
98 Senhora Laudecy apresentou os Cursos/Processos Educacionais e o referido saldo. Senhora
99 Márcia Valéria explicou que todos esses cursos serão executados, mas não com recursos do
100 PEP e que como são cursos que podem ser também para nível médio pode-se alocá-los com
101 recursos do PROFAPS, que inclusive esses cursos já estão em formalização de contrato.
102 Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS informou que esses cursos serão para todos os servidores
103 do SUS, tanto da secretaria de estado, municípios e hospitais com duzentas vagas cada.
104 Senhora Adeusvi Moreira dos Santos - CIR Porto Nacional lembrou da rotatividade de
105 servidores no município e a exigência de ser efetivo para participar de cursos o que traz
106 dificuldades porque ao mudar o gestor municipal aqueles que foram qualificados vão embora,
107 e que seria necessário capacitar a comunidade. Diz que a comunidade procura a secretaria
108 para realizar cursos e esta não pode devido aos critérios. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-
109 TO/SE explicou que o Regimento se apóia em legislações; e cursos de longa duração não se
110 pode ofertar para servidores que não são efetivos, os cursos de pequena sim, e que aí teria
111 que ser uma revisão de legislação, o que está fora da governabilidade. Em relação a abrir para
112 a comunidade, Senhora Márcia Valéria disse que os recursos da política são para os
113 trabalhadores do SUS e o que se pode ofertar para a comunidade são cursos de Educação
114 Popular em Saúde. Expôs que um grande problema é a falta de participação dessas pessoas e
115 exemplificou que tem um processo que foi aberto e reaberto inscrições e até aquele



116 momento havia apenas dois inscritos. Colocou que essas questões seriam anotadas e dentro
117 das possibilidades, com assessoria jurídica, poder-se-ia ver o cabível legalmente. Senhora
118 Linvalda – SESAU/DGETSUS lembrou que a proposta da Política de Educação Permanente é
119 baseada em processo de trabalho e que os indicadores não mudam com a mudança do
120 servidor, até porque a maioria muda dentro do próprio Estado. Capacitam-se pessoas e não
121 município e aonde a pessoa vai o conhecimento vai com ela. Senhor Augusto César Pereira
122 dos Santos - CIR Sul Angical relatou que às vezes encaminha uma pessoa que não é
123 concursada na área para realizar curso, o que é desvio de função, por não ter pessoal na área
124 e que quando se qualifica o servidor, ele por si só já quer uma remuneração melhor em
125 função de ter sido qualificado. Expressou a falta de organização do município para realizar
126 concurso. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS respondeu que uma das questões é o fato de
127 que a Escola quando era autarquia podia oferecer percentual de vagas para a comunidade e
128 quando passou ao organograma da saúde ela não pode mais ofertar essas vagas e que vê essa
129 situação como uma desvantagem, mas que é uma questão legal e jurídica. Colocou ainda que
130 não só o município tem culpa, mas que o governo federal e o estado fazem projetos sem estar
131 discutindo gestão do trabalho, vínculo trabalhista e necessidade do serviço o que gera desvio
132 de função. Disse que cursos de formação devem ser feitos pelo Programa Nacional de acesso ao
133 Ensino Técnico e Emprego - Pronatec e pelas Escolas Técnicas Federais porque elas são
134 exclusivas para a comunidade. Senhora Elizangela - CIB-TO disse que o no Estado existe o
135 Plano de Cargos Carreiras e Salários - PCCS, mas geralmente o servidor não visualiza o PCCS
136 com essa co-relação com a qualificação que ele adquire no processo de trabalho, exemplifica
137 que a Universidade Federal do Tocantins – UFT incentiva o servidor, pois ele é gratificado pelo
138 grau de aprendizado e que é necessário incentivar o servidor a procurar qualificação. Senhor
139 Augusto César - CIR Sul Angical solicitou um informe sobre todos os cursos já contemplados,
140 os não contemplados e os que estão em andamento para mostrar com mais clareza junto aos
141 gestores municipais de saúde nas Comissões Intergestores Regionais. Senhora Laudecy
142 prosseguiu apresentando o Quadro 4. Resumo do saldo para repactuação. Senhora Linvalda –
143 SESAU/DGETSUS explicou que demanda espontânea é o que não se consegue programar,
144 cursos que não foram planejados e há necessidade de fazer e exemplifica que cursos para
145 área médica foram contemplados com esse recurso. Senhora Laudecy apresentou o Quadro 5



146 – Demonstrativo dos Recursos em Conta. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS colocou que
147 cursos que têm flexibilidade, têm rendimento, tenta-se contemplar o pagamento de diária
148 mesmo quando o Ministério diz que o município tem que pagar. Sempre que houver recurso
149 suficiente no curso haverá pagamento de diária ou ajuda de custo. Senhora Laudecy seguiu
150 dizendo que referente à Rede de Atenção à Saúde – RAS havia sido repactuado na última CIES
151 o valor de R\$ 983.747,82 que já houve necessidade de repactuação também. Senhora
152 Linvalda – SESAU/DGETUS explica que o recurso continua da RAS, dentro da mesma política
153 de urgência e emergência nos cursos de ATLS e ACLS, que os cursos serão para médicos
154 indicados que estejam atuando em urgência e emergência e que o sindicato está ajudando a
155 Diretoria de Atenção Especializada nesse processo e deverá haver um termo de compromisso
156 assinado por esses profissionais que garanta a atuação dos mesmos no referido setor e que o
157 curso tem validade de dois anos tendo que ser sempre atualizado. Senhora Suen Oliveira –
158 DGAPS/DAE colocou que já foi conversado sobre a possibilidade de se fazer levantamento
159 pela área técnica para verificar se tem municípios que possam ser beneficiados com esse
160 curso esclarecendo o questionamento de Senhor Augusto César - CIR Sul Angical sobre o fato
161 dos municípios prestarem os primeiros socorros às vítimas de trauma. Senhora Márcia Valéria
162 - CIES/CIB-TO/SE colocou que para profissionais não médicos foi pactuado na última CIES o
163 Curso ALSO também na área de urgência e emergência. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS
164 lembrou que está sendo realizado desde o ano passado curso na área de urgência e
165 emergência para técnico e auxiliar, cento e vinte horas modular, sendo três turmas por mês.
166 Senhora Laudecy passou à apresentação do Quadro 6. Distribuição dos Recursos de Saldos e
167 Rendimentos PEPs a serem repactuados. Senhora Erlaene Tedesco Canêdo Silvestre Emílio -
168 SESAU/DGVPS perguntou como foi feito o cálculo das demandas espontâneas, se foi feito pela
169 média dos últimos anos ou houve algum outro critério. Senhora Laudecy informou que foi
170 levado em consideração a série histórica dos últimos anos e Senhora Márcia Valéria explicou
171 que o valor era menor do que o apresentado, porém as demandas apareceram com recursos
172 de alto valor mas com importante impacto no serviço. Senhora Linvalda explicou que o
173 recurso maior das demandas espontâneas é do rendimento para que não tire de nenhum
174 projeto a não ser das áreas técnicas que não terão condições de executar alguma ação e que
175 esse valor é para 2013, pretendendo-se para os outros anos colocar mais recursos. Senhora



176 Márcia Valéria colocou também alguns dados referentes ao quadro seis, que pensando na
177 política de descentralização e nas novas regiões de saúde é que já foi garantido recurso para a
178 CIES/Norte e CIES/Sul; que a especialização em Administração Hospitalar visa colocar pessoas
179 capacitadas à frente dos hospitais; que o Mestrado profissional será ofertado pelo Instituto
180 de Saúde Coletiva - ISC da Bahia e contará com 16 vagas e que foi assegurado recurso para
181 fazer a supervisão de mestrado. Senhor Augusto César - CIR Sul Angical pediu esclarecimento
182 sobre se o recurso apresentado do quadro seis, de três milhões, trezentos e doze mil, cento e
183 noventa e nove reais e vinte e três centavos é dos rendimentos e Senhora Márcia Valéria
184 confirmou. Senhora Laudecy retificou que o valor das demandas espontâneas apresentado no
185 quadro seis de um milhão duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e
186 quarenta e três centavos devem ser acrescidos neste montante, o valor de trezentos mil reais
187 de rendimentos e mais cento e vinte e nove mil reais que havia sido repactuado. Passa a
188 apresentar o Quadro – Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde – PEEP-
189 TO/Repactuação 2012 que contempla todos os cursos, tanto os que estão sendo repactuados
190 como os que estão em execução ou que serão executados e não houve necessidade de
191 repactuação. Dos Cursos/Processos Educacionais apresentados houve comentários e/ou
192 questionamentos, os que se seguem. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS explicou que o
193 recurso para aquisição de Material Permanente é do PROFAPS porque a Educação
194 Permanente não tem recurso para isso. Colocou também que o recurso para Monitoramento
195 Externo – Locação de Veículo abrangerá o período de dez meses e servirá para auxiliar no
196 monitoramento os cursos que serão executados pela UNITINS e devido às licitações haverá
197 outras instituições também que estará realizando cursos como o Sindicato dos Médicos.
198 Senhora Inez - DGETSUS/DEP exemplificou que a Diretoria de Educação Profissional utiliza
199 quatro carros semanalmente. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE passou à leitura dos
200 cursos que serão executados com recursos de repactuação do PROFAPS – Programa de
201 Formação Profissional de Nível Médio para a Saúde. Senhora Laudecy justificou que não havia
202 sido inserido na planilha o saldo dos recursos que foram repactuados do PROFAPS e então
203 passou a apresentá-los. Apresentou as três contas do PEP e as duas do PROFAPS com os
204 valores devidos. A pauta foi suspensa um momento pela chegada do Secretário Executivo,
205 Senhor José Gastão Almada Neder. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE e senhora



206 Linvalda – SESAU/DGETUS deram as boas vindas e este, na oportunidade, desejou uma boa
207 reunião, pediu a colaboração de todos desejando que a reunião pudesse contemplar o que
208 todos esperam, justificou a ausência da Secretária e seu atraso devido a inúmeros
209 compromissos e que esperava contar com a colaboração de todos. Senhora Linvalda –
210 SESAU/DGETUS colocou que Dr. Gastão tem dado todo o apoio necessário para o
211 desenvolvimento das ações nunca deixando de dar sua contribuição. A reunião teve
212 continuidade com a apresentação dos Cursos/Processos Educacionais pela Senhora Laudecy.
213 Senhora Elizangela - CIB-TO pergunta se o Curso de Formação em Metodologias Ativas para
214 Preceptoria em Saúde estava em execução. Senhor Andreis Vicente da Costa – SESAU/DGES
215 esclareceu que não, que a primeira turma estava prevista para iniciar neste ano, mas que um
216 dos requisitos de seleção dos docentes é que contemple também profissionais que estão
217 sendo capacitados pela Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS pelo curso da
218 Associação Brasileira de Médicos - ABEM e que estão aguardando a finalização deste curso
219 para abertura do curso de preceptoria. Senhora Inez - DGETSUS/DEP colocou que a
220 capacitação para Agente Comunitário de Saúde tem cinco turmas em andamento que
221 terminará em abril de 2013 e que para as demais turmas será feito licitação. Senhora Laudecy
222 explicou que para o próximo ano a DEP não terá mais curso com recurso do PEP apenas do
223 PROFAPS. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS colocou sobre a responsabilidade na utilização
224 dos recursos e que a Diretoria Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde
225 responde se não fizer bem e não fizer dentro da legalidade, pois todo o recurso utilizado é
226 através de processo, trâmite administrativo e que até o momento essa diretoria não teve
227 nenhuma ingerência política e que por ser recurso federal o Tribunal de Contas da União irá
228 fiscalizar que para isso só assina o que é legal e que tem o aval da assessoria jurídica. Senhora
229 Erlaene - SESAU/DGVPS reforçou a sugestão que seja entregue um documento com o que já
230 foi feito e o que está em andamento para que fique bem claro. Senhora Márcia Valéria
231 colocou que a sugestão já foi acolhida como encaminhamento. Senhor Augusto César - CIR Sul
232 Angical questionou sobre o levantamento de demandas dos municípios para os cursos que
233 estão sendo apresentados e Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE esclarece novamente
234 sobre a metodologia utilizada, FORMSUS, como colocado no início da reunião. Senhora
235 Andrea Siqueira Montalvão – SESAU/DAPS colocou que os municípios foram orientados a



236 trabalhar com as áreas técnica para não haver choque de mesmos cursos. Senhora Linvalda –
237 SESAU/DGETUS disse que irá solicitar que se traga o resultado do FORMSUS para próxima
238 reunião e caso algum município deseje pode-se imprimir o resultado por município e coloca
239 que este formulário será utilizado no próximo ano. Senhor Augusto César - CIR Sul Angical
240 pediu entendimento sobre os municípios que tinham apresentado projeto, se o recurso tinha
241 sido repassado. Senhora Márcia Valéria disse que Palmas devolveu o recurso, Ananás recebeu
242 e Araguaína devolveu parte do recurso, que às vezes superestima o valor e às vezes subestima
243 e que algumas necessidades não foram suprimidas, mas repactuadas para uma estimativa
244 mais próxima. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE esclareceu questionamento feito por
245 Andrea Siqueira Montalvão – SESAU/DAPS sobre o motivo de estar se fazendo curso de
246 Conselheiro se a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP já está realizando e
247 esclarece que o número de vagas é insuficiente para o número de conselheiros que se tem e
248 que Senhor Neirton - CES fez o levantamento de pessoas nos Conselhos dentro do total de
249 municípios e que nem assim atenderá toda a demanda. Senhora Inez dos Santos Gonçalves -
250 DGETSUS/DEP esclareceu ainda que a ENSP está capacitando apenas aqueles conselhos que
251 fizeram a inclusão digital, que estão no Programa de inclusão Digital – PID. Colocou ainda que
252 o cálculo foi feito para doze titulares e doze suplentes por Conselho/Município e que não há
253 como atender tudo em 2013 e que se pensa em atender por região, gradualmente. Senhora
254 Andrea– SESAU/DAPS fez questionamento sobre o Curso de Especialização em Gestão Pública
255 porque a UFT oferece através da Universidade Aberta do Brasil o curso de Gestão em Saúde,
256 Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, e que poderia estar vendo uma parceria com esta.
257 Senhor Augusto César - CIR Sul Angical questionou se pode acrescentar mais um curso dentro
258 dos projetos apresentados. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS colocou que os recursos estão
259 sempre chegando e que tem que saber o tempo em que se devem apresentar os projetos,
260 levando sempre em consideração quem vai executar, quem vai gerir o recurso, se a ação é
261 pertinente à realidade. A proposta de repactuação foi consensuada. Em sequência Senhora
262 Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE colocou que após fechamento de planilhas houve alteração
263 em valores e que devido o fato desta ter sido encaminhada aos membros, passa-se, no
264 momento, à apresentação das alterações. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS explicou que as
265 alterações se devem à cotação que foi divergente do valor estimado. Senhora Laudecy passou



266 a apresentar a planilha de Relação dos Cursos a Serem Ofertados pela DGETSUS – Parceria
267 UNITINS apontando as alterações de valores dos sete cursos/processos educacionais, o total
268 global e os totais parciais da diferença de valores tanto do PROFAPS quanto do PEP. Proposta
269 consensuada. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE disse que as planilhas serão
270 reenviadas aos membros com as alterações. Passou-se ao item 4.2. Apresentação dos
271 projetos de processos educacionais em saúde apresentados pelos municípios/regiões de
272 saúde para compor o PAREPS/2012; Solicitante: Linvalda Rodrigues H. de Araújo/Expositor:
273 Márcia Cristina G. Siqueira - DGETSUS/DGES/CE. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE
274 justificou que este item encontra-se na pauta é referente ao Plano de Ações Regionais de
275 Educação Permanente em Saúde– PAREPS, que na ocasião havia critérios para que os
276 municípios apresentassem projetos de processos educacionais para serem financiados com
277 recursos da política sendo que o repasse seria fundo a fundo para não ter problemas no
278 repasse. Colocou que ainda não há portaria do Ministério, não se sabe o valor, mas que assim
279 que publicada os projetos estarão prontos para serem encaminhados. Relembrou os critérios:
280 - ter como público alvo os profissionais da atenção primária, - ter assinado o Pacto, -
281 indicadores de morbimortalidade, - ter Núcleo de Educação Permanente - NEP e a sugestão
282 de conversar com as áreas técnicas para não haver duplicidade, o que não foi feito por todos
283 os municípios, portanto alguns foram aprovados e outros, conforme consenso desta plenária,
284 na reunião de 04 e 05 de setembro do corrente ano, não seria desaprovado, mas que se
285 conversasse novamente com as áreas técnicas para adequar a planilha e assim foi feito neste
286 mês. Colocou ainda que não significa que todos os projetos serão aprovados, dependerá do
287 recurso que será liberado pelo Ministério. Senhora Márcia Cristina - DGETSUS/DGES/CE
288 colocou que os projetos que irão ser apresentados são os que já foram apresentados na
289 última reunião da CIES e que dos vinte e dois projetos, onze foram recomendados pelas áreas
290 técnicas e onze foram recusados, pois as áreas técnicas pretendiam executar esses cursos
291 junto aos municípios, mas ficou entendido que apesar da área técnica trabalhar determinado
292 assunto, os municípios defenderam que o foco, a forma, a intenção, a abordagem do
293 município seria diferente e que então a DGETSUS iria visitar e reapresentar esses projetos.
294 Houve-se o cuidado de deixar como público alvo a atenção primária; com exceção dos cursos
295 que vão ser realizados pelos municípios de Palmas e Araguaína, colocou-se como lugar de



296 execução o município solicitante, mas sempre abrangendo os municípios circunvizinhos;
297 revisitaram-se as planilhas financeiras que não havia ajuda de custo, além de cada projeto ter
298 uma planilha financeira diferente, o que se uniformizou criando uma memória de cálculo
299 uniforme para todos. Informou que para a memória de cálculo foi considerado para cada
300 curso executado no interior: a locomoção de dois técnicos da SESAU mais um motorista;
301 diária para colaborador eventual; pagamento de hora-aula para dois facilitadores; material de
302 consumo no valor de quarenta reais por aluno e coffee break. Explicou que o que varia é a
303 quantidade de alunos e que foi colocado como critério o máximo de duas turmas por
304 curso/município, com exceção dos municípios que já haviam sido aprovados na última CIES,
305 como Palmas e Colinas. Senhora Maria Antônia Delle Vedove - CIR Miracema questionou
306 como será a área de abrangência, até onde os municípios podem participar. Colocou que o
307 município de Miracema solicitou um curso de vacinação. Senhora Márcia Cristina -
308 DGETSUS/DGES/CE disse que dos vinte e dois projetos apresentados ficaram vinte e um, pois
309 na última reunião da CIES foi dito que Augustinópolis tinha um projeto, mas que em contato
310 com o município este não foi confirmado e Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE acrescenta que
311 esses projetos foram os que passaram por todos os critérios e a única pendência foi o parecer
312 da área técnica e que Miracema não tem nenhum curso apresentado na planilha porque não
313 foi recomendado devido não possuir Núcleo de Educação Permanente - NEP instituído, o que
314 era um dos critérios. Senhora Márcia Cristina colocou que os vinte e um projetos
315 apresentados somam o valor de seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e um
316 reais, com prazo de execução para o ano de 2013 e meta física de um mil oitocentos e dez
317 servidores. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS colocou que os municípios que receberem
318 esse recurso não têm que necessariamente operacionalizá-lo, ele pode terceirizar através de
319 licitação, exemplificando o município de Ananás. Senhor Marcos Fabiano - CIR Capim Dourado
320 comentou sobre o cuidado dos municípios, através do responsável pelo NEP, em discutir
321 grade do curso para que realmente atenda a necessidade, direcionar o que se quer como
322 objetivo para que eles sejam alcançados. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE pontuou
323 que a diária colocada para servidor da área técnica da SESAU foi pensando nessa assessoria
324 no que for preciso e possível. Senhora Wilma Gomes Galvão - IE Públicas - FUNTROP
325 questionou se esse recurso do PAREPS de trinta e seis mil vai para o município, esclarecido



326 pela senhora Márcia Valéria que sim, que vai para a secretaria municipal de saúde, a qual fica
327 responsável pela apresentação na CIES do curso, do plano de trabalho, da prestação de
328 contas enquanto a Diretoria de Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde,
329 conforme portaria 1996, além da função de assessorar tem também a função de monitorar e
330 avaliar esses processos. Proposta consensuada. Passou-se ao item 4.3. Apresentação dos
331 projetos de processos educacionais em saúde apresentados pelos NEP/Gestão; Solicitante:
332 Linvalda Rodrigues H. de Araújo/Expositor: Márcia Cristina G. Siqueira - DGETSUS/DGES/CE.
333 Senhora Márcia Cristina colocou que foi considerado o valor proposto pela área técnica
334 solicitante, pois são muito específicos e não foi possível fazer uma memória de cálculo
335 padrão. Informou também que um dos cursos contido na planilha, Aprimoramento Teórico
336 Prático em Enfermagem Obstétrica, foi retirado por falta de entendimento e que a área
337 técnica foi procurada, mas que o responsável estava viajando a trabalho e que foi
338 acrescentado mais um curso, não contido na planilha, sendo esse do Laboratório de Saúde
339 Pública do Tocantins – LACEN e que os cursos apresentados pelos NEP/Gestão totalizam o
340 valor de oitocentos e um mil, cento e oitenta reais e sessenta e seis centavos. Senhora
341 Linvalda– SESAU/DGETSUS colocou que as áreas devem gastar setenta por cento dos recursos
342 para que se recebam mais recursos. Senhora Márcia Valéria acrescentou que essa era uma
343 recomendação para esse PEP, mas que se a CIES acordar pode-se colocar para os próximos
344 PEPs que o gasto de setenta por cento seja um critério e aprovar isso na CIB. Senhora Linvalda
345 falou da necessidade da Secretaria de Estado da Saúde passar de executora para gestora,
346 trabalhar baseado na necessidade e que quando se verificar que não tem capacidade ou
347 competência para executar, procurar instituições que tenham tal competência. Proposta
348 Consensuada. Item 4.4. Repactuação de Carga Horária de Processo Educacional -
349 Solicitante/Expositor: Wanira Brito – Área Técnica Saúde do Idoso – DGAPS/DAP. Senhora
350 Wanira colocou que o Curso Básico de Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa foi pensado
351 na carga horária de vinte horas, mas que através das visitas de cooperação técnica nos
352 municípios, percebeu-se a dificuldade de liberação destes servidores, o que se propõe é a
353 diminuição da carga horária para dezesseis horas e alteração no objeto gasto sem alterar
354 valor final, permanece ainda a mesma meta de duzentos e quarenta profissionais
355 capacitados. Proposta consensuada. 4.5. Apresentação do Projeto do Curso Introductório para



356 Auxiliares e Técnicos de Enfermagem da Estratégia Saúde da Família – alteração da
357 modalidade de ensino; Solicitante/Expositor: Ana Paula Machado Silva - DGETSUS/DEP/CCB.
358 Senhora Ana Paula colocou que o projeto original foi feito para modalidade de ensino
359 presencial, mas que houve alteração no início do ano para ser executado em EAD na
360 Plataforma Moodle. Relatou que o curso está em andamento, mas que se observam durante
361 o percurso que não têm sido alcançados os objetivos esperados e elenca como dificultadores:
362 das cem vagas ofertadas para as CIRs Capim Dourado e Porto Nacional, foram preenchidas
363 cinquenta e duas e que efetivamente estão participando do curso trinta e cinco alunos;
364 dificuldade do discente de acesso à internet; dificuldade do discente de manusear o
365 computador; discussões insuficientes para alcançar o objetivo proposto pelo curso. Propôs a
366 realização de cinco turmas com trinta alunos, nos municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi,
367 modalidade presencial, com carga horária de oitenta horas dividida em dois módulos.
368 Senhora Maria Antônia - CIR Miracema questionou se essa proposta de mudança de
369 modalidade é para a turma em andamento e Senhora Ana Paula esclareceu que a alteração
370 seria para as turmas subseqüentes. Senhora Inez dos Santos Gonçalves - DGETSUS/DEP
371 colocou que esse curso, para a DGETSUS, foi um desafio, pois foi a primeira vez que se
372 colocou um curso na modalidade EAD e que para os técnicos e auxiliares de enfermagem foi
373 utilizado o material dado na capacitação do introdutório para nível superior, mas que a
374 resposta não está atendendo os objetivos do curso, e expressa que para cursos em EAD é
375 necessário disciplina, ter o hábito de estudar sozinho e muitas vezes isso não é desenvolvido
376 devido à rotina e a educação para que se é formado, de cursos presenciais. Senhora Inez
377 continuou colocando que para se atender o objetivo e qualificar esse processo seria
378 necessário inverter a estratégia, voltar a ser modalidade presencial o que prevê conversar
379 com os gestores, devido à liberação do servidor. Senhor Marcos Fabiano - CIR Capim Dourado
380 disse que é necessário discutir e refletir mais sobre essas dificuldades, quem vai coordenar
381 esses cursos tem que se empoderar mais dessa metodologia. Senhora Adeusvi - CIR Porto
382 Nacional relatou sobre a dificuldade do município em deslocar os servidores para capacitação
383 quando se é para grupos maiores. Senhora Inez dos Santos Gonçalves - DGETSUS/DEP coloca
384 que diante dessas dificuldades que se foi pensado em EAD. Senhora Andrea – SESAU/DAPS diz
385 que acredita que as dificuldades apresentadas não justificam a mudança de modalidade, que



386 por ser um curso novo, uma nova experiência, tem que ser pensado em novas estratégias.
387 Senhora Carmem Lúcia S. Santos Fonseca - CECT relata que também houve dificuldades como
388 as apresentadas na Secretaria de Ciência e Tecnologia e que foi montada uma equipe de
389 professores conteudistas que criaram módulos a partir de outros módulos já prontos e eram
390 bastante complexos para o público que de fora e readaptaram de acordo com o perfil e
391 dentro dos conteudistas criou-se também o coordenador que é onde o aluno vai receber
392 informações para desenvolver o trabalho e que a modalidade EAD tem tido resultados
393 palpáveis e que talvez falte motivação para os alunos que estão no referido curso. Senhora
394 Elizangela - CIB-TO lembrou que quando foi aprovado o curso para a modalidade EAD foi
395 muito bem recebido e que a Senhora Michele Pantoja havia colocado que com a expansão do
396 telessaúde, isso poderia estar ajudando na aplicabilidade do curso e questionou que além da
397 dificuldade do acesso à internet como forma de aprendizado, o que mais teria impedido, se
398 foi só a motivação. Questionou, para refletir, sobre a figura do tutor e como havia sido
399 definido esse acompanhamento, quantos alunos por tutor, se vale à pena e pontuou sobre a
400 realidade do interior do estado, da infra-estrutura em função da rede e também do dia a dia
401 do servidor. Senhor Getúlio - SINTRAS colocou que tem conhecimento de alunos que fizeram
402 cursos de curta e média duração a distância com mais qualidade de alunos que fizeram cursos
403 semelhantes na modalidade presencial. Senhora Adeusvi - CIR Porto Nacional colocou que é
404 muito pouco tempo para mudança de modalidade que acredita que falta insistir e justificou o
405 fato da maioria dos municípios terem sinal de telessaúde. Senhora Carmem - CECT
406 complementou dizendo que o aluno precisa de incentivo. Senhora Ana Paula explicou que
407 houve processo seletivo para tutores e hoje há três tutores que a princípio ficaria cada um
408 com vinte alunos, mas com a diminuição de alunos passou-se para o quantitativo de doze.
409 Colocou que está à frente do curso acompanhando via mensagem, contato telefônico,
410 internet e que o encontro presencial foi pensado para um dia e com a dificuldade, passaram
411 para dois dias. Reforçou acreditar na modalidade EAD, mas que o projeto foi feito para
412 modalidade presencial e observou que essas dificuldades somam e servem para montar um
413 projeto adequando-o para EAD. Senhora Ellys Symone - SESAU/SPAS/DAE salientou que para
414 ser à distância tem que ter organização e que há dificuldade em ter internet com capacidade
415 e qualidade e que não vê como um retrocesso a mudança de modalidade. Senhora Inez -



416 DGETSUS/DEP disse saber que a modalidade à distância é a ferramenta do futuro e propõe
417 que das cinco turmas que realizarão o curso ano que vem, deixaria duas delas na modalidade
418 à distância e três na modalidade presencial com a ressalva de que só receberá a certificação
419 quem alcançar os objetivos e exemplificou dizendo que há alunos que copiam atividades da
420 internet, não conseguindo interligar as atividades com seus processos de trabalho. Ana Paula
421 completou que foi proposto em função disso, atividade de recuperação para aqueles alunos
422 que não entregam as atividades em tempo hábil. Senhor Marcos Fabiano - CIR Capim
423 Dourado disse concordar com a proposta da Senhora Inez, visto que contempla a diversidade
424 do Estado e coloca sobre a importância de avaliar os alunos. Senhora Elizangela - CIB-TO
425 colocou também que é pertinente a proposta da Senhora Inez, mas que tem que avaliar a
426 metodologia utilizada e avaliar os alunos, o que de fato eles aprenderam, que formação que
427 eles estão tendo. Continuou dizendo que às vezes é preciso recuar para “arrumar a casa”,
428 para depois dar um passo mais seguro à frente, rever o que preparou para vir uma proposta
429 melhor, que realmente possa atender se fizer um curso EAD, que embora tenha o desejo,
430 queira contemplar, às vezes não é o ideal. Disse ainda que fazer por fazer, mas que não é essa
431 a preocupação, mas sim que tenha o retorno, que valha à pena e nesse momento não se tem
432 o depoimento dos tutores, não se tem o feedback dos alunos. Senhora Andrea – SESAU/DAPS
433 disse ser interessante a proposta da Senhora Inez e que isso oportuniza fazer um comparativo
434 da realidade EAD com a realidade presencial, e em outro momento ter subsídios para avaliar
435 qual delas vale à pena. Continuou dizendo que em relação à qualidade do curso essa tem que
436 ser avaliada independente de ser presencial ou EAD, e que isso serve para todos os cursos,
437 pois se está falando em Educação Permanente e em processos de trabalho tem que se avaliar
438 se o que se está se fazendo está tendo resultado, quais os impactos nesse processo de
439 trabalho, como esses cursos estão fazendo diferença e estão modificando os processos de
440 trabalho. Assim se teria elementos para avaliar se funciona ou não. Senhora Márcia Valéria -
441 CIES/CIB-TO/SE expôs então a proposta levantada em que das cinco turmas do ano que vem
442 serem duas delas na modalidade EAD e três delas na modalidade presencial com as
443 adequações. Senhor Augusto César - CIR Sul Angical colocou sobre a possibilidade de mesmo
444 sendo modalidade presencial, que tenha momentos em EAD, ações que façam a aproximação
445 com essa metodologia. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE sugeriu que em outro



446 momento então se apresente a nova metodologia do curso. Proposta Consensuada com
447 adequação. Passou-se ao item 4.6. Apresentação da distribuição do recurso financeiro
448 pactuado para Processos Educacionais em Saúde para Cirurgiões-Dentistas da Média e Alta
449 Complexidade; Solicitante/Expositor: Ellys Symone Gomes de Arruda - SESAU/DGPAS/DAE.
450 Senhora Ellys Symone explanou que foi disponibilizado recurso para capacitação dos
451 cirurgiões-dentistas sendo um projeto só para dois cursos e o recurso disponibilizado ficou em
452 R\$23.419,00 (Vinte e três mil quatrocentos e dezenove reais), um curso no valor de
453 R\$11.004,00 (Onze mil e quatro reais) e outro no valor de R\$12.420,00 (Doze mil
454 quatrocentos e vinte reais), porém no desenrolar do projeto, como foi se adequando,
455 verificou a necessidade de um desses cursos gastar mais que o outro, ficando o Curso de
456 Laserterapia de Baixa Potência na Odontologia no valor de R\$18.864,20 (Dezoito mil
457 oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos), devido necessitar de parte prática, por
458 isso vai precisar de mais disponibilização de horas e o curso de Cuidados na UTI por ser um
459 curso mais rápido, de dezesseis horas, o custo vai ser menor, de R\$3.186,00 (Três mil cento e
460 oitenta e seis reais). Senhor Marcos Fabiano - CIR Capim Dourado questionou se houve
461 alteração de carga horária e Senhora Ellys Symone esclareceu que houve porque no Curso de
462 Laserterapia aumentou devido a parte prática e o outro diminuiu e que mesmo tendo a
463 alteração na carga horária não ultrapassou esse limite. Senhor Andreis – DGETSUS/DGES
464 perguntou onde será a parte prática do curso sendo esclarecido pela Senhora Ellys Symone
465 que será no Hospital Geral de Palmas – HGP dizendo que o equipamento já está no Hospital
466 para atendimento a pacientes de oncologia. Proposta Consensuada. Passou-se ao item 5.
467 Regimento Interno da CIES – Representatividade das Regiões de Saúde na CIES – nova
468 configuração das CIRs. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE ressaltou a necessidade de se
469 rever o Regimento Interno, onde trata da composição dos membros da CIES, visto a
470 redefinição das Regiões de Saúde, de alterar pontos textuais como onde lê-se
471 “Superintendência”, passar a redigir “Diretoria Geral” e de verificar a questão do Senhor
472 Getúlio de estabelecer os prazos de envio das atas e alterações das mesmas. Solicitou que nas
473 reuniões das CIRs do mês de dezembro se defina quem serão os representantes das oito
474 regiões que irão compor a CIES. Alguns membros colocaram que com a mudança de gestão
475 municipal muda a representação nas CIRs. Colocaram que os indicados para compor a CIES



476 são eleitos dentro das CIRs. Pactuado com os membros presentes que os representantes das
477 CIRs serão os mesmos até a data de trinta e um de dezembro do corrente ano e que na
478 primeira reunião das CIRs no ano subsequente deverá se eleger os titulares e suplentes que
479 comporão a CIES. Senhora Marluce – NPA/CIES solicitou que formalizem via ofício ou via e-
480 mail os novos membros, bem como providenciem a documentação para que na primeira
481 reunião da CIES do ano de 2013 possa-se ter o contato de todos, bem como para agilizar o
482 processo de solicitação de diárias. Item 6. Informes. 6.1. Participação da DGETSUS e CIES/CIB-
483 TO na Reunião para Discussão da PNEPS e PROFAPS em Brasília-DF – 07 a 09 de novembro de
484 2012; Solicitante: Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo/Expositor: Márcia Valéria Ribeiro
485 de Queiroz Santana - CIES/CIB-TO/SE. Senhora Márcia Valéria comunicou que o Ministério da
486 Saúde solicitou via e-mail a representação da Secretaria Executiva da CIES, da Diretoria de
487 Gestão de Educação em Saúde, assim como um representante da Atenção Básica, um
488 representante da Saúde Bucal da Atenção Especializada e um representante do Planejamento
489 da Secretaria de Estado da Saúde para que se fizessem presente neste evento, que irá
490 acontecer de sete a nove de novembro, para discutir sobre as políticas de formação de
491 Educação em Saúde e do PROFAPS e sobre os recursos. Sendo então os representantes: da
492 Secretaria Executiva da CIES, Márcia Valéria; Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo, como
493 Diretoria da Escola; Maria Luiza Salazar, como Planejamento; Ellys Symone, como Saúde Bucal
494 da Atenção Especializada; e da Diretoria de Gestão de Regulação do Trabalho, Ludimila.
495 informou que não se tem a pauta da reunião, mas que de acordo com o que foi discutido na
496 reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS e na Comissão Intergestores
497 Tripartite - CIT, as instruções são referentes a repasses financeiros, ao curso de Saúde Bucal
498 de Prótese, o setor de Regulação do Trabalho, em função da questão do que foi discutido hoje
499 de estar formando e incentivando o desvio de função e o setor de Planejamento em função
500 de trabalhar justamente com orçamento. Informou ainda que na próxima reunião será
501 apresentado o relatório, memória dessa reunião. Senhor Marcos Fabiano - CIR Capim
502 Dourado informou sobre o adiamento do Programa Nacional de Reorientação da Formação
503 Profissional em Saúde – PRÓ-SAÚDE e Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-
504 Saúde. Senhora Márcia Valéria completou dizendo que a Senhora Juliana Bruno comunicou
505 via e-mail sobre o evento e que quem iria pela CIES seria a Senhora Sortênia que é



506 representante da Instituição Pública de Nível Superior e em contato com esta ela confirmou
507 que iria, mas ontem, em contato com o Senhor Flávio, este avisou que o evento foi adiado
508 para março do ano seguinte, mas que gostaria que a CIES se fizesse presente na reunião do
509 dia treze de dezembro, na Secretaria Municipal de Saúde, que irá tratar sobre esse assunto.
510 Senhor Marcos Fabiano disse que Senhor Flávio indicou a pessoa da Sortênia visto que ela
511 tem essa relação da UFT na CIES, mas que ele acha interessante que tenha outro
512 representante da CIES para que possa se inteirar mais desse processo e dessa discussão.
513 Senhora Márcia Valéria colocou que na reunião do dia treze quem estiver representando a
514 CIES pode incluir isso na pauta, para que vá outra pessoa da CIES, no evento, além da
515 Sortênia. Senhora Maria Antônia - CIR Miracema perguntou se está prevista mais uma reunião
516 da CIES ainda neste ano e Senhora Márcia Valéria colocou que ainda não, que foi pensado
517 para uma data posterior à última reunião da CIB, mas que estará muito próximo do Natal, que
518 irá verificar também a necessidade, como uma nova portaria, ter que fazer alguma
519 repactuação. Senhora Elizangela - CIB-TO colocou que a data da CIB também poderá ser
520 alterada em função das CIRs e da mudança dos gestores e que confirmará a data assim que
521 esta for definida. 6.2. Curso Processo Educacional voltado para a Educação Popular. Senhora
522 Márcia Valéria explanou que é um anseio antigo dos gestores municipais que houvesse um
523 processo educacional referente à educação popular, foi planejado, foi pactuado e repactuado
524 o recurso para aumentá-lo e que há algum tempo as inscrições estão abertas, mas até agora
525 só conseguiram dois inscritos. Sabe-se das falhas em relação à publicidade, à divulgação,
526 porque os meios que se tem são o meio oficial primeiro, o Diário Oficial, e a internet no site
527 da saúde e que já é comum que todos sabem que é de difícil acesso, de difícil visualização,
528 mas que são problemas fora na governabilidade e que já se solicitou à Secretaria da Saúde -
529 SESAU, Assessoria de Comunicação - ASCOM, Secretaria da Comunicação – SECOM. Colocou
530 ainda que já se tentou fazer cartazes e levar às unidades de saúde. Exemplificou que houve
531 reunião na semana anterior com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, Polícia
532 Militar, Secretaria de Segurança Pública - SSP, Corpo de Bombeiros e que como é um público
533 que é comunidade também, tem-se pedido o apoio deles na divulgação, mas mesmo assim já
534 se prorrogou o prazo e só tem dois alunos inscritos. Continuou o relato levantando o
535 questionamento se o problema todo é a divulgação ou é o interesse do público a quem se



536 pensou e expressa: “É uma necessita vista por nós, mas será que é sentida pelas pessoas para
537 quem se destina esse curso?” Senhor Marcos Fabiano colocou que observa dois pontos, um
538 deles é o entendimento das pessoas sobre Educação Popular e no que isso serve para a vida
539 dela e outro ponto é a questão burocrática, a documentação exigida é a mesma seja para
540 aperfeiçoamento ou para um curso de curta duração e que isso desestimula. Senhora Márcia
541 Cristina - DGETSUS/DGES/CE concordou com as colocações e diz que o edital de exigências é
542 grande porque esse curso de agora, para discentes, era para fazer um curso de facilitadores,
543 para serem facilitadores das três oficinas regionais que irão acontecer ano que vem e que
544 como ele tem como público também a comunidade pensou-se que iria ter tanta procura que
545 teria que ter algum outro subsídio para selecionar essas pessoas para entrar. Continuou
546 dizendo que quando se ampliou a divulgação, prorrogou-se o prazo e não deu resultado,
547 ontem foi questionado na coordenação que poderia ser uma carga horária reduzida para a
548 exigência que está tendo e que se for acordado nessa Comissão de que é um curso realmente
549 de interesse, que se deve persistir nele, colocar-se-á uma inscrição simplificada, como se
550 fosse um processo de discente comum, mas algumas coisas não são dispensáveis como carta
551 de liberação, um currículo organizado. Senhora Márcia Valéria colocou como informe, para
552 que se pense se permanece com essa proposta, porque tendo o entendimento, ela é uma
553 proposta interessante e necessária, mas ela é aberta para muita gente e o que é preciso fazer
554 para sensibilizar as pessoas para que tenham interesse no curso. Senhor Marcos Fabiano
555 também colocou que sendo aberto também para os Movimentos Sociais, outro ponto é a
556 questão da exigência de documentos, essas pessoas não tem o costume, acham muito
557 complexo isso, esse tanto de documento desestimula as pessoas. Senhora Márcia Valéria
558 propôs consensuar que dentro do que a secretaria jurídica nos autorizar a retirar de
559 exigências, simplificar e fazer mais uma tentativa, se de tudo isso não houver resultado se
560 repactua esse recurso. Senhora Elizangela - CIB-TO perguntou se as pessoas que estavam no
561 Encontro de Educação Popular, que estavam entusiasmadas, participativas e pró-ativas, se
562 elas têm conhecimento desse processo, desse curso, qual foi a estratégia que usaram para
563 que chegasse a esse público, porque de repente a experiência deles pode ajudar nesse
564 divulgação. Senhor Marcos Fabiano diz que foi o município de Palmas que realizou o III
565 Encontro de Educação Popular e outros eventos ao redor, mas que ele não acompanhou o



566 processo de divulgação desse curso, mas que acredita que não podem ser utilizadas apenas as
567 formas oficiais de divulgação para esse público. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE
568 passou a mais um informe que não foi colocado antes e passa a palavra para Senhora Karina
569 Maschietto - DGETSUS/CCTI que divulgou o III Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação em
570 Saúde, onde estará sendo discutida a minuta da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e
571 Inovação em Saúde, dizendo que ocorreria nos dias 21 e 22 de novembro no Hotel Turim, que
572 as inscrições estariam abertas. Colocou a importância da presença do Controle Social e que
573 estariam presentes representantes do Governo Federal, do Rio de Janeiro e da Universidade
574 de Brasília - UnB auxiliando durante todo o processo de discussão dessa minuta, sendo que
575 esta estava aberta para consulta pública no site da Saúde para incluir, excluir ou alterar os
576 parágrafos, bem como no site poderiam ser feitas as inscrições. Senhora Karina informou
577 ainda que seria disponibilizada diária para representantes das CIRs e dos NEPs. A reunião foi
578 encerrada às dezesseis horas e vinte minutos e eu, Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana,
579 Secretária Executiva desta Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO lavrei esta
580 ata que após aprovada será assinada pelos membros presentes nesta reunião.

MEMBROS DA CIES PRESENTES NA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CIES/CIB-TO	
31/10/2012	
Adeusvi Moreira dos Santos	
Ana Marise Pereira Gomes	
Andrea Siqueira Montalvão	
Andreis Vicente da Costa	
Augusto César P. dos Santos	
Carmem Lúcia S. Santos Fonseca	
Ellys Symone Gomes de Arruda	
Elizangela Braga Andrade	
Erlaene Tedesco Canêdo	
Getúlio de Sousa Araújo	
Ivone Maria Quintino	
Jarmondes Carlos da Silva	
Katyelle Santos Ciriano	



Karina M. L. de Assis	
Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo	
Márcia Valéria R. de Queiroz Santana	
Marcos Fabiano M. da Costa	
Maria Antônia Delle Vedove	
Maria Goret Lima Sodré dos Santos	
Marleide Aurélio da Silva	
Marlene Ferreira de Lucena Machado	
Neucilene Rodrigues de Carvalho	
Patrícia Martins Buhler Tozzi	
Rosemeire Vieira P. Aquino	
Talita Brito Tenório	
Valéria Viero Aquino de Barros	
Vitor Abreu de Sousa	
Wilma Gomes Galvão	
Yusely Sanches Capote	